

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$2 bilhões (31/12/2015 - R\$2 bilhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2016 foi de R\$203 milhões (31/12/2015 - R\$184 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$2 bilhões (31/12/2015 - R\$2 bilhões). Desse montante, destacamos, R\$43 milhões (31/12/2015 - R\$36 milhões) são representados por Contas a Receber. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 24 de março de 2017.

Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo Circulante		44.708	36.952	Passivo Circulante		84.195	72.191
Caixa e Equivalentes de Caixa		142	14	Fornecedores	7	1.158	507
Contas a Receber	3&17.f	43.421	35.546	Contas a Pagar Coligadas	17.f	16.102	18.526
Créditos Tributários - Correntes		674	533	Salários e Encargos a Pagar	6	28.941	24.834
Outros Ativos		471	859	Impostos a Pagar	8	37.609	28.266
Ativo não Circulante		2.105.832	2.136.919	Outros Passivos	7	385	58
Aplicações Financeiras	4&17.f	39.219	72.168	Passivo não Circulante		2.408	2.044
Depósitos Judiciais		20	13	Outros Passivos	7	2.408	2.044
Créditos Tributários - Diferidos	16.b.1	15.704	13.528	Total do Passivo		86.603	74.235
Ativo Tangível	5.a	8.390	8.925	Patrimônio Líquido			
Ativo Intangível	5.b	2.042.499	2.042.285	Capital Social	9	2.029.194	2.029.194
Total do Ativo		2.150.540	2.173.871	Reserva de Lucros		34.743	70.442
				Total do Patrimônio Líquido		2.063.937	2.099.636
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.150.540	2.173.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		2.029.194	96.750	-	2.125.944
Lucro Líquido do Exercício		-	-	183.692	183.692
Destinação do Lucro:					
Dividendos	9.b	-	(131.000)	-	(131.000)
Juros sobre Capital Próprio	9.b	-	-	(79.000)	(79.000)
Reserva de Lucros	9.c	-	104.692	(104.692)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.029.194	70.442	-	2.099.636
Lucro Líquido do Exercício		-	-	203.301	203.301
Destinação do Lucro:					
Dividendos	9.b	-	(177.000)	-	(177.000)
Juros sobre Capital Próprio	9.b	-	-	(62.000)	(62.000)
Reserva de Lucros	9.c	-	141.301	(141.301)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.029.194	34.743	-	2.063.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ("Sociedade"), constituída na forma de sociedade empresária de responsabilidade limitada, domiciliada na Avenida Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Torre E - 14º e 15º andares, São Paulo, SP tem como finalidade a administração de carteiras de valores mobiliários, por meio de fundos de investimento, clubes de investimento, carteira de títulos e valores mobiliários e de outros instrumentos legais permitidos pela legislação, realizando todas as atividades principais e acessórias a tais serviços.

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., iniciou suas atividades em 18 de julho de 2008 com o nome empresarial de Kil Capital Management Gestão de Ativos Ltda. Em 12 de setembro de 2013, a razão social foi alterada para Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard* (IFRS).

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na reunião realizada em 24 de março de 2017.

O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

No exercício corrente, a Sociedade avaliou as novas normas, interpretações e alterações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda e não tiveram efeito relevante sobre as demonstrações financeiras:

- Alteração da IAS 1, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações são relativas aos conceitos de materialidade, ordem das notas explicativas, subtítulos, políticas contábeis e desagregação. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.

- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis - A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2016

A Administração está avaliando as novas normas, interpretações e alterações abaixo, porém, não espera que essas tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitido em seu formato final em julho de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) aprovou o IFRS 9, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros, estabelecendo os requisitos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros tendo como aplicação a partir de janeiro de 2018.

- IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de contratos com clientes - estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos de clientes. Esta norma passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2018, com adoção antecipada permitida.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);

- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Contas de Compensação - Administração de fundos

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como, "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação consideradas como perdas permanentes, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação consideradas como perdas permanentes, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Aplicações financeiras;
- Contas a receber;

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições

de negociação").

vendas"); e

- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- Fornecedores;
- Contas a pagar Coligadas;

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "Passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

d) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. avalia ao final de cada exercício ou a qualquer momento, se existir qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização. A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

e) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

f) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

g) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

- Receitas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

h) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., juntamente com o Banco Santander Brasil em complementação aos benefícios do sistema público de previdência, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal (nota 11).

i) Remuneração Baseada em Ações

A SAM Investment Holdings Limited, empresa Controladora da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., lançou um Programa de Incentivos de Longo Prazo (*Equity Award Plan*) destinado a seus principais executivos. O Plano consiste na entrega de opções de compra de ações da Controladora a preços pré-estabelecidos, à esses participantes. Dessa forma, a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. registrou uma obrigação para fazer frente a esta compra das opções de ações da Controladora quando algum desses participantes exercê-las. Essas opções, concedidas em Maio de 2014, podem ser exercidas parcialmente em ciclos, os quais foram iniciados em maio 2015 (nota 18.b), porém, até 31 de dezembro de 2016 nenhuma delas foram executadas. **k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., adota o regime não cumulativo para o recolhimento das contribuições de PIS e Cofins, utilizando as alíquotas de 1,65% e 7,60% respectivamente. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

l) Passivos Contingentes

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda é parte em processos de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos trabalhistas são classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2016, os processos de natureza trabalhistas com risco de perda possível totalizaram o valor de R\$ 1.263.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Receita Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita Bruta		
Receita com Prestação de Serviços (Nota 12)	412.343	353.801
Menos:		
PIS (Nota 12)	(6.804)	(5.855)
COFINS (Nota 12)	(31.338)	(26.968)
ISS (Nota 12)	(8.247)	(7.097)
Receita Líquida	365.954	313.881

11. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesas com Pessoal (Nota 12)	59.257	54.921
Outros (Nota 12)	1.280	793
Total	60.537	55.714

12. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. apresentou a demonstração de resultado utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentado a seguir:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 10)	412.343	353.801
Custos Serviços Prestados (Nota 11)	(1.280)	(793)
PIS (Nota 10)	(6.804)	(5.855)
COFINS (Nota 10)	(31.338)	(26.968)
ISS (Nota 10)	(8.247)	(7.097)
Despesa com Pessoal (Nota 11)	(59.257)	(54.921)
Convênio Operacional (Nota 13&17.f)	(4.578)	(4.666)
Rateio de Custos Globais (Nota 13&17.f)	(15.472)	(11.538)
Despesas com Depreciação e Amortização (Nota 13)	(2.724)	(2.212)
Despesas com Prestadores de Serviços (Nota 13)	(12.437)	(8.312)
Despesas com Aluguel (Nota 13)	(5.594)	(6.529)
Outras (Nota 13)	(1.672)	(2.286)
Outras Receitas e Despesas (Nota 14)	156	553
Receitas Financeiras com Aplicações em Compromissadas e Certificados de Depósitos a Prazo (Nota 15)	12.566	14.307
Outras Receitas e Despesas Financeiras (Nota 15)	(9)	(153)
Despesas com IRPJ (Nota 16)	(53.194)	(39.434)
Despesas com CSLL (Nota 16)	(19.158)	(14.205)
Total Receitas Reconhecidas na Demonstração do Resultado	203.301	183.692

13. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesas com Prestadores de Serviços (Nota 12)	12.437	8.312
Despesas com Aluguel (Nota 12)	5.594	6.529
Depreciação (Nota 5.c&12)	1.350	949
Amortização (Nota 5.c&12)	1.374	1.263
Convênio Operacional (Nota 17.f&12)	4.578	4.666
Rateio de Custos Globais (Nota 17.f&12)	15.472	11.538
Outras (Nota 12)	1.672	2.286
Total	42.477	35.543

14. Outras Receitas (Despesas)

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Outras Receitas	997	997
Santander Brasil Asset (Nota 17.f)	997	997
Outras Despesas	(841)	(444)
Impostos sobre Operações Financeiras (IOF)	(54)	(21)
Impostos e Taxas	(685)	(436)
Outros	(102)	13
Total (Nota 12)	156	553

15. Receitas (Despesas) Financeiras

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas Financeiras (Nota 12)	12.566	14.307
Juros/Atualização Selic	21	5
Juros de Aplicações em Compromissadas	128	11.835
Juros de Aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB	12.417	2.467
Despesas Financeiras (Nota 12)	(9)	(153)
Outros	(9)	(153)
Total (Nota 17.f)	12.557	14.154

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Lucro Real

	IRPJ e CSLL 01/01 a 31/12/2016	IRPJ e CSLL 01/01 a 31/12/2015
Resultado Antes da Tributação	275.653	237.331
Juros sobre Capital Próprio	(62.000)	(79.000)
Resultado Líquido Ajustado	213.653	158.331
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 9%, Respectivamente	(72.619)	(53.813)
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas não dedutíveis ⁽¹⁾	358	762
Outros Ajustes	(91)	(588)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.352)	(53.639)
Impostos Correntes	(74.528)	(67.167)
Impostos Diferidos	2.176	13.528
Impostos Pagos no Exercício	(68.939)	(50.133)
Alíquota Efetiva	26,25%	22,60%

⁽¹⁾ Saldo composto substancialmente pela Exclusão de Provisão de Bonus

b) Imposto Diferido

b.1) Créditos Tributários

Natureza e Origem:	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2015	Constituição	Realização	31/12/2016
Provisões para bônus e plano de remuneração baseado em ações	8.855	8.299	(5.603)	11.551
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	4.673	3.491	(4.011)	4.153
Total	13.528	11.790	(9.614)	15.704

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a provisão de rateio de custos globais

b.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	31/12/2016			Passivo Diferido	Impostos Diferidos
	Créditos Tributários	Diferenças Temporárias	Total		
2017	8.185	2.947	11.132	-	11.132
2018	3.362	1.210	4.572	-	4.572
Total	11.547	4.157	15.704	-	15.704

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Impostos Correntes

O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Seus administradores foram remunerados a partir de 01 de janeiro de 2015 e o valor total de remuneração foi de R\$7.203 mil. Em 2016 o valor total da remuneração dos administradores foi de R\$6.648.

b) Benefícios de Longo Prazo

Alguns funcionários da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. participam do plano de ações de longo prazo vinculado a 50% ao atingimento de resultados do negócio e os outros 50% vinculados as opções de ações da SAM Investment Holdings Ltda. que podem ser exercidas até 2019.

c) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Salários e Honorários dos Administradores		
Remuneração Fixa	3.095	2.351
Remuneração Variável	3.553	4.400
Outros	-	452
Total Benefícios de Curto Prazo	6.648	7.203

Adicionalmente, no exercício de 2016 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$565 e em 2015 R\$956.

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Participação Acionária

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. é controlada pela SAM Investment Holdings Limited que possui 2.029.191 mil cotas e pela Santander Asset Management UK Holdings Ltd. que possui 3 mil cotas, correspondentes a 99,99% e 0,01% do capital social, respectivamente.

ADMINISTRAÇÃO

Administradores

Eduardo Alves de Castro

Pedro Paulo Nogueira Pereira

Contabilista

Sandro Costa - TC-CRC 1SP 182917/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentaram outras desvantagens. Os principais saldos e resultados de transações são:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa	142	14
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	142	14
Aplicações Financeiras	39.219	72.168
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	39.219	72.168
Contas a Receber	83	47
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	83	47
Passivo		
Contas a Pagar Colgadas	16.102	18.526
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	464	282
Isban Brasil S.A. ⁽³⁾	-	45
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	197
Santander Investment Holdings Ltd. ⁽⁵⁾	15.634	18.002
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁶⁾	4	-
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2016	31/12/2015

Resultado

Despesas Administrativas

Santander Investment Holdings Ltd. ⁽⁵⁾ (Nota 13)

Despesa com Pessoal

Santander Investment Holdings Ltd. ⁽⁵⁾ (Nota 18.b)

Receitas (Despesas) Financeiras

Banco Santander Brasil ⁽¹⁾ (Nota 15)

Outras Receitas

Santander Brasil Asset ⁽²⁾ (Nota 14)

Convênio Operacional (Nota 13)

Banco Santander Brasil ⁽¹⁾

Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾

Isban Brasil S.A. ⁽³⁾

Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁶⁾

⁽¹⁾ Controlado pelo Grupo Empresarial Santander, S.L. e pela Sterrebeek B.V com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

⁽²⁾ Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander.

⁽³⁾ Controlada pelo Grupo Empresarial Santander, S.L. com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

⁽⁴⁾ Controlada pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

⁽⁵⁾ Controlada pelo Banco Santander Espanha. R\$15.472 refere-se ao rateio de custos globais e R\$3.541 refere-se ao plano de remuneração baseado em ações.

⁽⁶⁾ Controlado pelo Banco Santander e pela Digital Procurement Holding N.V com sede na Holanda e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

18. Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

a) Plano de Pensão Complementar

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., patrocina juntamente com o Banco Santander Brasil, o plano de contribuição definida da SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidade fechada de previdência privada e previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico do plano.

SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Banco Santander Brasil, o plano de aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre a empresa patrocinadora e os participantes do plano. Os valores apropriados no exercício de 2016 em despesas de pessoal referente ao plano foi de R\$224 e em 2015 R\$209.

b) Remuneração com Base em Ações

A SAM Investment Holdings Limited, empresa controladora da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., lançou um Programa de Incentivos de Longo Prazo (*Equity Award Plan*) destinado a seus principais executivos, selecionados pelo Comitê de Remuneração Global.

Um total de 311.458 opções de compra de ações tipo C da SAM Investment Holdings Limited foram concedidas a esses executivos, sendo 205.151 opções aos administradores. Nenhuma opção foi exercida no 2º ciclo em maio de 2016. O valor de R\$9.761 provisionado no balanço da empresa, equivale à soma do diferimento das parcelas acumuladas dos ciclos do plano até o final de 2016. A redução de 11.190 ações em relação à 2015 refere-se à transferência de um participante para outro país. Em 2015 o total de 322.648 opções de compra de ações tipo C da SAM Investment Holdings Limited foram concedidas a esses executivos, sendo 205.151 opções aos administradores. Nenhuma opção foi exercida no 1º ciclo em maio de 2015. O valor de R\$6.464 provisionado no balanço da empresa, equivale à soma do diferimento das parcelas acumuladas dos ciclos do plano até o final de 2015.

O Plano consiste na entrega de opções de compra de ações da empresa controladora, a preços pré-estabelecidos. Essas opções, concedidas em maio de 2014, podem ser exercidas da seguinte forma:

50% divididas em quatro ciclos, conforme cronograma definido abaixo:

12,5% em maio de 2015

12,5% em maio de 2016

12,5% em maio de 2017

12,5% em maio de 2018

Até 50% em maio de 2019, caso atinja a meta estabelecida pelo Comitê de Remuneração Global, do resultado financeiro de longo prazo (EBITDA).

São Paulo, 24 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luis Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Aquiles do Lago Salvador Mosca